

CONSTITUIR-SE PROFESSORA NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA DE MULHERES MESTIÇAS DA REGIÃO DE ILHAS DE BELÉM

Sônia Maria da Silva **Araújo** – UFPA

Agência Financiadora: CNPq

Situando a pesquisa

A pesquisa aborda três temáticas inter-relacionadas: história, cultura e mulher professora. Temos constatado em estudo historiográficos sobre a educação na Amazônia que os modos de atuação de professoras nesse espaço não conseguem ser explicadas por meio do estudo de sua formação escolar, tanto inicial quanto continuada. Tais formações, ainda que importantes, não são capazes de explicar quem é essa professora, como atua e todas as conseqüências pedagógicas decorrentes de sua prática. Supomos que tais modos decorrem das histórias sociais regionais destas professoras e de como a condição de mulher ribeirinha – constituição cultural – foi sendo tecida no contexto dessas histórias.

Pesquisas realizadas no interior da Amazônia paraense demonstram, dentre outras coisas, que a professora desenvolve sua prática docente em meio a relações sociais pautadas, de um lado, no compadrio, no afilhadio e na prestância; de outro, na resistência silenciosa e no trabalho árduo em que a docência se faz em meio a outras atividades produtivas de sustentação econômica familiar.¹ Isto nos faz pensar que tais práticas podem estar relacionadas ao patriarcalismo que tanto fez parte do processo de colonialismo na região – inclusive do colonialismo interno operado após a independência e a proclamação da república² –, assim como às alternativas historicamente engendradas pelas populações miscigenadas de enfrentamento da subjugação e da expropriação.³ A condição de mulher, no contexto dessas suspeitas

¹ Simonian (1995) identifica, no conjunto do trabalho seringueiro na Amazônia, que a mulher assume um lugar de “presença silenciosa”. Ela denuncia não só as violências que as mulheres sofreram quando da exploração da borracha no norte do Brasil, mas o quanto o trabalho e a importância da mulher são ocultados – uma outra forma de violência. Siqueira (2006) também revela a importância da mulher na manutenção econômica de suas famílias e na economia local ao analisar arranjos e dinâmicas criadas por famílias ribeirinhas em Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, estado do Pará. Murrieta e Winklerprins (2006) também demonstram o conhecimento das mulheres no cultivo de quintais e jardins na região de várzea em Santarém, Pará, e do quanto estes são necessários na sustentação e sobrevivência domésticas. Todos estes estudos contrariam, grosso modo, a idéia de Lima (1945), Agassis (1939), Cunha (1909) e de tantos outros, de que a Amazônia é um lugar em que a tradição e a rotina perduram historicamente como formas de preguiça, de inércia mental.

² Sobre o colonialismo interno no Brasil, especialmente na Amazônia, ver “Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil” e “Os historiadores e os rios”, ambos de Victor Leonardi (1996; 1999).

³ Acreditamos, como Duby (1998), que as representações coletivas, as opiniões, os valores morais e todos os instrumentos de que dispõe a consciência humana são arrastados de geração em geração, por um fluxo perturbador do qual deve ser o historiador a discernir a orientação e o vigor.

provisórias, emerge com significativa força, já que ela, a mulher, como nos demonstra Silva (2002), Souza (1986), Domingues (2001) e Boxer (1977), dentre outros, foi a que mais sofreu com a política colonialista de Portugal no Brasil e que precisou, portanto, articular mecanismo de auto-proteção.⁴ A própria Guacira Lopes Louro (2004) – guardadas as devidas acepções essencialistas dos povos da floresta, resquícios das teorias raciais – nos alerta para as práticas de submetimento a que estavam sujeitas as meninas indígenas e caboclas e que acabaram por conformar as camadas populares invisibilizadas da sociedade brasileira.⁵ Admoestadas, violadas e forçadas ao trabalho doméstico e ao trabalho da roça, a estas meninas foram atribuídas, por muito tempo, tarefas que passavam ao largo de qualquer tipo de escolarização. Neste sentido questionamos: como estas meninas, transformadas em mulheres, que historicamente foram alijadas do mundo da escola, passam a assumir a função de professoras nos espaços ribeirinhos da região Amazônica? De que modo essa, digamos, passagem explica as práticas dessas professoras no exercício da docência? Que sentido tem *ser professora* nesses espaços? Como *ser professora* se articula aos processos sociais que o espaço ribeirinho amazônico precisou historicamente constituir?

Revisitando estudos sobre a mulher em espaços não urbanos do Brasil

Dados analisados por Scott (2007) acerca do índice de mulheres responsáveis por domicílio (MRD) na zona rural do norte e do nordeste hoje são reveladores e ratificam a idéia de que a história cultural e social é determinante para que se entenda a condição de dependência e de emancipação das mulheres no país. Para o autor, a história dos fluxos migratórios explica a condição de solidão e isolamento das mulheres no Brasil. No caso particular da zona rural do Norte, ele destaca que esta região

⁴ Dados impressionantes sobre a condição das mulheres no Brasil colônia podem ser vistos em “Donas e Plebéias na sociedade colonial”, de Silva (2002), e “O padre e as feiteiras”, de Souza (1986). Em Domingues (2001), “Famílias portuguesa na colonização do Norte brasileiro”, confira as políticas de Portugal de ocupação do território, especialmente da capitania do Grão-Pará, que incentivava a migração de homens para enlaçar-se com mulheres índias da região. Já em Boxer (1977), pode-se constatar o modo como a sociedade portuguesa promoveu o sofrimento das mulheres ao submetê-las (especialmente as indígenas) a práticas de concubinato e prostituição. Todos estes textos, além do de Falci (2004), retificam a assertiva de que a colonização portuguesa foi mais democrática que as dos outros impérios europeus porque permitiu a miscigenação. De fato, a miscigenação no Brasil, especialmente no norte, ocorreu com base na violência desmedida, tanto no plano físico quanto simbólico.

⁵ Sobre a invisibilidade das populações mestiças da Amazônia, ver “Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade”, organizado por Adamas, Murrieta e Neves, 2006, e sobre a invisibilidade ainda maior do papel e da importância das mulheres nessas populações, confira Alvares & D’Incao, 1995.

“historicamente tem recebido migrantes provenientes das outras regiões do país, sendo muito menor o contrafluxo” (2007, p. 426).

Os dados apresentados e interpretados por Scott (2007), referente aos espaços rurais, indicam, além das histórias locais do território brasileiro, que é preciso pensar a professora para além da relação com a feminização do magistério que, via de regra, parte das condições de possibilidade de espaços urbanos e de análises críticas da sociedade capitalista a partir da matriz econômica. Sob essa percepção, este estudo *com* a professora considera sim as condições econômicas, de sobrevivências, porque estas têm se revelado fundamentais para a compreensão das populações amazônicas, mas em relação às particularidades históricas que vão dando à sobrevivência configurações culturais particulares.⁶ Como salienta Nascimento (1995), a dominação capitalista não é monolítica e, no campo do trabalho, como em outros, as relações sociais materializam-se pelas tensões, submissões e resistências. Tais situações resultam da condição imediata dos espaços em que a dinâmica de poder particular nele configurada vai sendo tecida.

Aliás, é o (re)conhecimento dessa história que tem possibilitado a superação de generalizações correntes nas interpretações sobre os acontecimentos sociais e a crítica a estereótipos, preconceitos e estigmas.⁷ Com relação à professora e sua prática enquanto acontecimento histórico esta superação se faz urgente, ainda, é claro, que não se perca de vista que ela, na condição de sujeito histórico, não pode ser pensada fora do contexto mais amplo da sociedade que a constituiu tal como ela é hoje.

Todavia, salvo exceções, os estudos realizados sobre os campos, sertões e florestas do Brasil inviabilizaram uma leitura mais pontual da realidade desses espaços e seus sujeitos em articulação com a história local. As experiências de interpretação da

⁶ Os estudos realizados por Maneschy (1995; 1997; 1999) com mulheres pescadoras, os realizados por Simonian (1995) com mulheres seringueiras e por Nascimento (1995) com mulheres da juta, demonstram o quanto as configurações culturais marcadas pela história local são fundamentais para a compreensão das práticas de trabalho desenvolvidas por mulheres.

⁷ A história construída sobre a professora, a partir do universo urbano, que, por exemplo, assegura que ela passou pela fase maternal, de autoridade, de tia e professorinha e de profissional do ensino (cf. Louro, 2004) não parece corresponder à realidade histórica da professora ribeirinha. O texto de Lajolo & Ziberman (2001), “A formação da leitura no Brasil”, em que relacionam a história da leitura com a história da professora, é, por exemplo, um modelo generalizante da história da professora no Brasil, que ignora as particularidades das histórias regionais e a própria resistência e capacidade de enfrentamento das mulheres nas sociedades urbanas a que se dedicam. Contra esse modelo operado por Lajolo & Ziberman, o texto de Azevedo e Ferreira se impõe. Para esta autora e este autor, o fenômeno da escolarização feminina de 1920 a 1940, ainda que objetivassem ainda mais a submissão da mulher, acabaram por possibilitar a ela – à mulher – práticas de liberdade como “a busca de estudo e trabalho, freqüentando cinemas, teatros, parques e praticando esportes. Conduzidas à esfera pública, as mulheres se tornaram consumidoras, assumiram profissões antes vedadas para elas, e passaram a lutar pelos direitos jurídicos e civis” (AZEVEDO E FERREIRA, 2006, p. 218).

realidade não-urbana no Brasil com base na matriz marxista, como bem nos esclarece Maestri, “bloqueou o estudo e a compreensão das profundas especificidades do desenvolvimento histórico da formação social brasileira” (2008 [2001], p.1). Este modo predominante de analisar nossos campos, sertões e florestas, acabou por influir nos estudos sobre educação rural e/ou educação do campo e sobre a ausência da mulher neles, ainda que ela, a mulher, ocupe, em grande medida, o lugar de escolarizar as crianças do campo.⁸

Pensar sobre esse silenciamento é necessário, principalmente porque a educação, assim como a enfermagem, é um campo de conhecimento fortemente exercido por mulheres.⁹ De fato, isto indica o quanto a força do silenciamento a que foram submetidas as mulheres pode estar relacionada à desigualdade de gêneros. Mesmo tendo participado ativamente da história e sendo muitas vezes dela protagonista, elas, as mulheres, foram silenciadas, no plano da escrituração.

A esse respeito, no Brasil, particularmente sobre a vida no campo, o texto de Andrade (2007) é bastante ilustrativo. Ela – que resgata depoimentos de mulheres quebradeiras de coco no Maranhão – descreve como o passado sofrido dessas mulheres, hoje líderes camponesas, vem à baila quando se reportam ao que chamam de “tempo do coco preso”, isto é, o tempo da sujeição, o tempo do cativo contra os quais tiveram que lutar para suplantar a dor, a fome e a perda da identidade. O protagonismo das quebradeiras de coco é uma demonstração clara do lugar importante ocupado pelas mulheres na história das lutas de libertação que, às vezes não tão silenciosamente, foram sendo mobilizadas nos campos, sertões e florestas do Brasil. Diz Andrade que “foram principalmente elas que (...) necessitaram adentrar as cercas de arame farpado, acompanhadas de suas crianças, apesar das proibições dos fazendeiros, das ameaças dos vaqueiros, das agressões físicas e das humilhações” (2007, p. 447).

⁸ Só para se ter uma idéia do tamanho desta omissão, em agosto p.p, em Brasília, no II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e no II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro, apenas três dos trabalhos aprovados para apresentação abordavam gênero e nenhuma mesa abordou o tema Educação do Campo e Gênero (cf. os Anais do Encontro, 2008). Em 2007 a Revista Estudos Feminista dedicou a seção Dossiê ao tema Campo e Gênero, mas, do conjunto desses textos, nenhum artigo aborda o tema em relação com a educação. Isto só confirma a idéia de que os estudos sobre Educação Rural e/ou Educação do Campo ainda não incorporaram a diversidade de abordagem que já se vê presente nos estudos sobre áreas rurais e em que relações de gênero aparecem com significativa força, como demonstram Cordeiro e Scott (2007). Salvo exceções, via de regra a categoria gênero ainda não faz parte do repertório discursivo das pesquisas em educação. Os raros grupos que se dedicam a estudar o tema educação e gênero, influenciados por outros grupos de vertente teórica pós-estruturalista, como os do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, quase sempre não o fazem em articulação à educação do campo.

⁹ Confira, sobre profissão feminina, dentre outros textos, o de Bruschini (1988); Demartini & Antuza (1993); Azevedo & Ferreira (2006).

Sob a regência de uma reflexão crítica localizada, pautada já em uma análise do campo em que a história local toma tanta importância quanto a história global, os próprios estudos de gênero e campesinato¹⁰ têm provocado mudanças e revelado que os espaços brasileiros não são iguais em toda a sua extensão territorial.¹¹ As particularidades regionais têm vindo à baila, como a relação tão própria que Salles (1999) constatou entre gênero e conflito de terra em Médio Mearim, no estado do Maranhão. A autora descreve em detalhes como as mulheres atuam nos conflitos entre seus maridos, pequenos agricultores, e policiais e pistoleiros; de que maneira elas são agredidas e que estratégias criam para proteger o companheiro e os filhos no momento do confronto acirrado.

Em “O Fazer-se das Mulheres Rurais”, de Pinto (1997), também se constata uma leitura mais localizada da situação do campo na Amazônia quando, a partir de estudos etnográficos em comunidades rurais negras no Baixo Tocantins, a autora destaca as alternativas engendradas pelas mulheres para garantir dignidade ao se valerem de saberes tradicionais reconstruídos e ressignificados pelo seu presente. Na mesma linha de investigação, Amorim (1997), por exemplo, ainda em comunidades rurais da região do Tocantins, demonstra, em “Espaços femininos: gênero e identidade em comunidades rurais na Amazônia”, que a mulher camponesa daquele lugar não é, nem de longe, submissa, como correntemente se vê sendo desenhada. A autora descreve as práticas culturais das mulheres negras ali e as estratégias que criam para manter viva a luta de suas comunidades.

D’Incao e Cotta Júnior (2001) em investigações realizadas na zona Bragantina, no Pará, verificam, na particularidade da atuação da mulher naquele lugar, que ela assume uma infinidade de funções que a torna, no plano social, tão ou mais importantes que os homens. Dos grupos de mulheres estudados, o autor e autora destacam as relações sociais instauradas pela família da professora que institui, no conjunto da comunidade, relações democráticas no interior de sua família já que ela divide com o marido a responsabilidade sobre todas as atividades domésticas, fato considerado incomum no lugar.

¹⁰ Ainda que discordemos do uso deste termo nas pesquisas em espaços não-urbanos do território brasileiro e até identifiquemos nos estudos aqui arrolados um certo rompimento velado com todo o referencial teórico subjacente a ele, desenvolvido em investigações do Ocidente europeu a partir da idéia de revolução campesina, ele se encontra presente aqui neste texto sempre que se reportarem a estudos que o utilizam.

¹¹ Ao investirmos na história local não estamos negando sua relação com a história mais global. Ao contrário, estaremos demonstrando que o global, em direção ao total, resulta justamente da experiência da vida associativa que o local consegue tornar evidente. Sobre esta idéia, ver Croix (1998).

Já o estudo de Cordeiro (2004) evidencia que as mulheres agricultoras em Pernambuco ainda têm muito o quê avançar no que diz respeito ao seu empoderamento. A autora constata isto ao analisar as dificuldades e as estratégias que as mulheres utilizam para cumprirem as exigências legais de comprovação do trabalho na agricultura familiar ao se valerem de documentos civis e profissionais. Os resultados dos estudos de Cordeiro revelam que as mulheres têm a cidadania fragilizada ao se verem desprovidas de documentação que comprovem a posse da sua terra.

Enfim, os dados apresentados em pesquisas sobre a condição e a luta das mulheres em espaços não-urbanos, especialmente no interior da Amazônia paraense, ratificam a idéia já apreendida pelos historiadores das mulheres de que elas não são uma categoria homogênea e indicam que é preciso compreender a pluralidade de vidas vividas por grupos de mulheres nessas realidades, de analisar em que medida ela, esta pluralidade, pode indicar *para onde* estamos indo, *o que é* preciso fazer para garantir a memória dessas vidas e *como é* possível intervir na realidade, especialmente nas políticas de educação, de modo a viabilizar condições mais favoráveis às mulheres, especificamente às mulheres ribeirinhas do norte do Brasil. Isto pressupõe, grosso modo, que a mulher professora ribeirinha tem história e que esta pode explicar (e muito) as práticas por ela veiculadas. Mais: pode esclarecer a relação que a história social da Amazônia tem com essa história particular e (des)tecer toda uma teia de inter-relação entre história cultural e educação.

As professoras das ilhas e suas histórias

As ilhas nas quais estão localizadas as escolas em que trabalham as professoras que fazem parte desse estudo situam-se no entorno da cidade de Belém, capital do estado do Pará, e fazem parte de seu município. Cidade mais populosa da região Norte, Belém conforma a maior região metropolitana da Amazônia. A cidade tem cerca de 1.437.600 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2009). Sua localização geográfica é: ao Norte, Baía do Marajó; ao Nordeste, município de Santo Antônio do Tauá; a Leste, o município de Santa Bárbara do Pará; ao Sudeste, municípios de Benevides e Ananindeua; ao Sul, Município de Acará; ao Sudoeste, município de Barcarena; a Oeste, o Arquipélago do Marajó.¹²

¹² Dados obtidos junto à CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém), 1999.

Segundo a Lei nº 7.682/1994, que dispõe sobre a regionalização administrativa de Belém, ela está constituída por oito Distritos Administrativos: Distrito Administrativo-Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo-Outeiro (DAOUT), Distrito Administrativo-Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo-Bengui (DABEN), Distrito Administrativo-Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo-Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo- Belém (DABEL), Distrito Administrativo-Guamá (DAGUA). Destes, dois se constituem em duas grandes ilhas: a ilha do Mosqueiro (DAMOS) e a ilha do Outeiro (DAOUT).

O sistema de anexos regeu ao longo dos anos a gestão pública das escolas das ilhas, isto é, as duas grandes ilhas – Mosqueiro e Outeiro (aliás as duas únicas que têm pontes as ligando ao continente) – gerenciaram pedagógica e administrativamente as escolas das demais, que acabaram por se configurarem em escolas anexas.

No ano de 2009, a Secretaria Municipal de Educação acabou com esse sistema de anexos e as 14 escolas localizadas em ilhas no entorno de Belém se transformaram em UPs – Unidades Pedagógicas, diretamente vinculadas a ela. Existem, portanto, 14 escolas funcionando nessas ilhas, quase todas sob a responsabilidade de mulheres professoras.¹³

Fundada em 1616, a cidade Belém é conhecida no local como “Metrópole da Amazônia”, “Cidade das Mangueiras” e/ou “Cidade Morena”. Esta última denominação baseia-se na miscigenação do povo belenense, oriundo da mestiçagem entre homem português, índias Tupinambá e homens e mulheres negros/as, traficados para a região entre o setecentos e início do novecentos.

Explica-nos Veríssimo (1887), como muitos antropólogos e historiadores de seu tempo, que no norte do Brasil, portanto em Belém também, os grupos humanos já no final do oitocentos, na Amazônia, são descendentes diretos dessa miscigenação. O caboclo é para muitos desses pensadores do início do século XX, e para muitos de hoje, o grupo que mais se aproxima da origem dessa miscigenação: ele é o grupo mais expressivo e característico da população paraense.

¹³ Dentre os poucos trabalhos na área da educação sobre as escolas das ilhas de Belém, destacamos o de Assunção (2005) e de Freire (2002).

A região de ilhas de Belém é formada pelo arquipélago de Guajará,¹⁴ composto de 39 ilhas e ilhotas com histórias e configurações diferenciadas pelo processo de ocupação e interação do espaço rural do município com o urbano, como nos esclarece Castro (2006).¹⁵ As ilhas ocupam 34,36% do espaço municipal de Belém e nas suas 14 escolas trabalham 32 professoras com o ensino fundamental. Destas, 8 são nascidas nas próprias ilhas e tem o ofício de professora como necessário para o sustento familiar. Do total, quase todas gostariam de ter tido a oportunidade de se preparar em outra profissão, mas não conseguiram porque, como elas justificam, estudaram em escola pública e não obtiveram a formação necessária para investir em outras carreiras, como a Medicina ou Psicologia.

Filhas de pais e mães analfabetos/as ou com o ensino básico incompleto, grande parte dessas professoras, especialmente as nascidas nas ilhas, tem grande orgulho de serem professoras. O lugar que ocupam na rede de ofícios de seus familiares, as coloca em situação de privilégio em meio a atividades tão pouco valorizadas, como a de lavrador, barqueiro ou extrativista. Do conjunto dessas professoras, há as que tiveram que passar por muitas dificuldades para conseguirem concluir seus cursos médios em magistérios ou mesmo cursar Pedagogia em uma universidade particular. Há casos de professoras que chegaram a morar em “casas de família”, realizando serviços domésticos, para conseguir finalizar os estudos. Assim, a infância e juventude vividas por essas professoras são marcadas, em muitos casos, por experiências de superação, luta e resistência.

Um dado importante que se soma a toda essa história de superação, é o fato de essas professoras, embora dedicadas ao ofício de bem ensinar as crianças das ilhas e já estarem há alguns anos (as experiências variam entre 3 e 20 anos) na sala de aula, não serem concursadas e acabarem reféns de interesses e barganha política. Submetidas a ideologia dos governos municipais, essas professoras que não conseguem ser aprovadas nos concursos públicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), acabam se assujeitando às imposições, não raro arbitrarias, do poder público governamental.

¹⁴ O arquipélago de Guajará é um estuário formado pelos rios Guamá e Moju. As ilhas, que causam desvios no curso dos rios, conformam furos, gerando um verdadeiro labirinto. Às margens ficam, em geral, situadas as escolas, de modo que as populações possam, de barco, a elas ter melhor acesso. Dentre os ambientes que integram os ecossistemas estuários estão, como nos esclarece Furtado & Souza (2006), os rios, os igarapés, as florestas, a várzea, as baías, as ilhas com suas praias, os campos e os alagados.

¹⁵ Para esta autora, as ilhas tem sofrido um processo de expansão demográfica tornando tênue a fronteira entre a Belém insular e a continental, causando um impacto nas áreas que constituem a franja de cobertura florestal mais preservada no município de Belém (CASTRO, 2006).

Quando questionadas acerca da estabilidade no emprego, elas dizem, unanimemente, que tem medo de perde o emprego, fonte de renda fundamental para o sustento de suas famílias.

Muito embora desejassem ter tido a oportunidade de se preparar em outras profissões, as professoras das ilhas, especialmente as nelas nascidas, são unânimes em dizer que gostam do que fazem e que suas famílias consideram sua profissão “muito dignificante”. Este dado é fato, as professoras, que têm clareza acerca da necessidade de seu trabalho para a manutenção do equilíbrio financeiro familiar, não medem palavras para dizer o quanto gostariam de poder se preparar melhor, fazer uma especialização, voltar para a Universidade.

Considerando-se de classe social baixa, as professoras e suas famílias vivem com uma renda familiar concentrada entre 2 e 4 salários mínimos e, muitas delas, é a provedora principal. Dos objetos que fazem parte hoje da vida moderna e que todas as professoras possuem, sem exceção, é o telefone celular e a televisão. Mediante tais condições materiais, as professoras, no plano cultural, não têm condições de obter bens materiais capazes de lhes oferecer acesso à informação e ao conhecimento. As professoras, em sua maioria, não compram livro, não lêem revistas de informação, não lêem jornal, não tem acesso à internet em casa e raramente vão ao cinema, ao teatro ou a shows de música. Há algumas que nunca entraram em uma sala de cinema.

À guisa de considerações finais

A transformação da menina cabocla das regiões ribeirinhas da Amazônia em professoras se deu em meio a um sistema em que a miscigenação, as necessidades econômicas e as alterações espaciais não podem, por exemplo, ser pensadas de forma apartada ou complementar, mas entrecruzadas. Na verdade, na condição de objeto vinculado à educação, portanto a um campo aplicado da área das ciências humanas, a história das professoras ribeirinhas, que se autodenominam de mestiças, alia-se ao campo da história cultural, na qual a educação ocupa lugar de grande importância.

A educação, com sua instituição escolar e todo o sistema que articula, incluindo aí os produtos culturais com os quais lida (os livros, por exemplo) e cria (as normas e regras), constitui a vida social, política e econômica. Portanto, a educação e seus sujeitos, como a professora, são necessários para a compreensão da formação cultural das sociedades amazônicas, com seus grupos humanos diversos. No caso particular da Amazônia, a história cultural se constituiu com base na força dos modos de vida de suas

populações originárias – índios/as Tupinambá –, amalgamadas pela zona de contato¹⁶ em que práticas sociais, apropriação e (re)apropriação de produtos materiais, como o domínio da escrita, geraram estruturas coletivas que fazem parte do seu universo de representações no qual a professora da ilha ocupa um lugar de grande importância, tanto no plano político, como econômico e escolar.

É no contexto desse sistema que *ser mulher* professora assume seu lugar particular. Mas, qual é o lugar que historicamente a mulher foi assumindo no bojo da trama social, política e econômica da Amazônia? Mais: que lugar ocupa a mulher miscigenada e empobrecida (como nos indicava Veríssimo (1878; 1887; 1957) no final do século XIX em seus contos amazônicos), que se tornou professora ribeirinha, no interior da vida vivida na Amazônia?

A condição desta mulher em situação histórica tão particular está relacionada também, e de forma efetiva, ao sistema colonial, tanto na sua versão externa quanto interna e para compreendê-la, foi preciso resgatar o sentido que tomou a mulher mestiça assujeitada pela estrutura colonialista com toda a sua carga de racismo.¹⁷ As representações acerca desta mulher no plano coletivo, construídas nas práticas sociais patriarcais e de resistências que até hoje se fazem presentes no interior da Amazônia, são fundamentais, até porque qualquer postura pós-colonial, ou mesmo de um feminismo pós-colonial de versão latino-americana, como o de Anzaldúa, não pode acontecer sem a consciência da história, uma consciência semelhante à consciência mestiça, formada na fronteira.¹⁸ Isto nos indica que as nossas lutas feministas não são as mesmas encampadas pelos “outros”; que nossos silenciamentos sejam diferentes e que, portanto, a compreensão de nossa história precisa pontualmente ser discriminada.¹⁹

Referências

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

¹⁶ Cf. a concepção de zona de contato em Mary Louise Pratt, 1999.

¹⁷ Castro, em estudos realizados sobre a ocupação de negros no espaço da Amazônia paraense, destaca que em Belém os cursos dos rios e seus desvios por ilhas ajudaram na conformação de quilombos. Ela sustenta a tese de que “há um território étnico que atravessa terras que hoje estão na jurisdição dos municípios de Bujarú e Concórdia do Pará, e que o processo de fuga levaram ao povoamento das cabeceiras de rios e igarapés” (CASTRO, 2006, p. 138).

¹⁸ Sobre o feminismo pós-colonial, ver Portes (2004). Quanto aos textos de Anzaldúa, confira “La consciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência”, 2005, e “Borderlands/La Frontera”, de 1987.

¹⁹ Inspiradas na lógica de Spivak (1993), para quem a história das mulheres subalternas nativas precisa ser contada, pretendemos não perder vista o valor e as peculiaridades da história da professora ribeirinha, considerando suas práticas de resistência.

- AGASSIS, Louis. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1939.
- ALVARES, Maria Luiza Miranda & D'INCAO, Maria Ângela (org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.
- AMORIM, Maria Joana Pompeu. *Espaços femininos: gênero e identidade em comunidades rurais na Amazônia*. In: ALVARES, Maria Luzia & SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher**. Belém: CEJUP:GEPEM:REDOR, 1997. pp. 39-51.
- ANDRADE, Maristela de Paula. *Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas*. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007. p. 445-451.
- ANZALDÚA, Glória. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- _____. *La consciência de la mestiza/Rumo a uma nova consciência*. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13 (3): 320, setembro-dezembro 2005.
- ASSUNÇÃO, Mariza Felipe. *A política municipal de educação nos anos de 1990 na ilha de Caratateua/Belém-Pará*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação, UFPA, Belém.
- AZEVEDO, Nara & FERREIRA, Luiz Otávio. *Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940*. In: **Cadernos Pagu** (27), p. 213-254, julho-dezembro 2006.
- BOXER, C. R. **A mulher na expansão ultramarina**. Lisboa: Livros Horizontes, 1977.
- BRUSCHINI, Cristina & AMADO, Tina. *Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*. **Cadernos de Pesquisa** (64), 1988. pp. 4-13.
- CASTRO, Edna. *Introdução: uma incursão temática à Belém*. In: ____ (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: Cejup, 2006.
- _____. *Terra de preto entre rios e igarapés*. In: ____ (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: Cejup, 2006.
- CODEM (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM). **Mapa de Equipamentos Urbanos**. s/escala. Belém, 1999. (mimeo).
- CORDEIRO, Rosineide. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco*, 2004. Tese (Doutoramento em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo.
- _____ & SCOTT, Russel Parry. *Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil*. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007. p. 419-423.
- CAVALCANTI, Alexandra. Ela manda cada vez mais. **O Liberal**. Belém, 06 mar. 2005. Caderno Mulher, p. 3.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CROIX, Alain. *Marx, a alugadora de cadeiras e a pequena bicicleta*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora estampa, 1998. p. 51-70.

- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1909].
- DEMARTINI, Zeila de Brito F. e ANTUSA, Fátima Ferreira. *Magistério primário: profissão feminina; carreira masculina*. **Cadernos de Pesquisa** (86), 1993, pp. 5-14.
- DOMINGUES, Ângela. *Famílias portuguesas na colonização do norte brasileiro*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. pp. 215-221.
- D'INCAO, Maria Ângela & COTT JÚNIOR, Humberto. *Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar*. In: D'INCAO, Maria Ângela; ALVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Mulher e modernidade na Amazônia**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 2001.
- DUBY, Georges. *A história cultural*. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora estampa, 1998. p. 403-408.
- FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 241-277.
- FALCON, Francisco José Calazans. *História cultural e história da educação*. In: **Revista Brasileira de Educação**, v 11, n. 32, mai/ago 2006.
- FREIRE, Jacqueline Serra. *Juventude Ribeirinha: identidade e cotidiano*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). 2002. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), UFPA, Belém.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves & SOUSA, Maria Alice Martins de. *Belém, ocupação humana e uso de recursos no estuário*. In: CASTRO, Edna (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: Cejup, 2006.
- BELÉM, **Lei nº 7.682 de 05 de janeiro de 1994**. Diário Oficial do Município de Belém.
- LAJOLO, Mariza & ZILBERMANN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2001.
- LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- _____. **Os historiadores e os rios**. Natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo e UnB, 1999.
- LIMA, Araújo. **Amazônia**. A terra e o homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. *História da educação e história cultural*. In: GREIVE, Cyntia Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 49-75.
- LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 443-479.
- MAESTRI, Mário. *A aldeia ausente (I)*. 2001. Disponível em: http://lainsignia.org/2001/noviembro/dial_008.htm Acesso em: 12 de setembro de 2008.
- MANESCHY, Maria Cristina et al. *Pescadoras em busca de cidadania*. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda & D'INCAO, Maria Ângela (orgs.). **A mulher existe? Uma**

contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995. pp. 81-96.

_____. *As faces da sereia*: formas de presença feminina nos movimentos sociais de pescadores em países do Norte e do Sul. In: ALVARES, Maria Luzia & SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Desafios de identidade**: espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP:GEPEM:REDOR, 1997. pp. 449-487.

_____. *Pesquisa e participação*: relato de uma experiência com mulheres pescadoras do litoral paraense. In: ALVARES, Maria Luzia & SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Olhares & Diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999. pp. 337-348.

MURRIETA, Rui & WINKLERPRINS, Antoniette M. A. “*Eu adoro flores!*”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 277-294.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. *Submissão e resistência*: um estudo entre trabalhadores/as têxteis de Belém. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda & D’INCAO, Maria Ângela (org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995. pp. 117-132.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PARKER, Richard. *Cultura, economia política e construção social da sexualidade*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: autêntica, 2001. p. 9-34

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *O fazer-se das mulheres rurais*: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em comunidades rurais negras do Tocantins. In: ALVARES, Maria Luzia & SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Desafios de identidade**: espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP:GEPEM:REDOR, 1997. pp. 11-23.

PORTOLÉS, Asunción Oliva. *Feminism postcolonial: la crítica al eurocentrismo del feminismo occidental*. In: **Cuadernos de Trabajo**, n. 6, abril 2004.

SALLES, Celecina Veras. Gênero e conflito de terra: notas sobre a dinâmica da violência do campo. In: ALVARES, Maria Luzia & SANTOS, Eunice Ferreira dos (org.). **Olhares & Diversidades: os estudos sobre gênero no norte e nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999. pp. 201-218.

SCOTT, Russell Parry. *Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no norte e no nordeste*. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007. p. 425-436.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e plebéias na sociedade colonial**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SIMONIAN, Ligia T. L. *Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira*: uma vida de trabalho silenciado. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda & D’INCAO, Maria Ângela

(org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995. pp. 97-116.

SIQUEIRA, Andréa D. *Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas no estuário amazônico*. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui & NEVES, Walter (org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 261-276.

SOLÀ, Pere. El estudió diacrónico de los fenómenos educativos y las tendencias historiográficas actuales. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “HISTÓRIA A DEBATE”, 1993. Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, 1995, t II, p. 213-220.

SOUZA, Laura de Mello e. **O padre e as feitiçeras**. Notas sobre a sexualidade no Brasil. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. pp. 16-17.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1993). *Can the subaltern speak?*. In: WILLIAMS, Patrick & CHRISMAN, Laura. **Colonial discourse and post-colonial theory**. London: Longman, 1993.

II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro. Brasília, 2008. 1CD.

VERÍSSIMO, José. **Primeiras Páginas: Viagens ao Sertão, Quadros Paraenses e Estudos**. Belém, Typografia Guttemberg, 1878. 233 p.

VERÍSSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1887. p. 295-390.

_____. **Cenas da vida amazônica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Simões, 1957.